

MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF

Estudo Técnico Preliminar 37/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.004657/2025-88

2. Objeto

2.1 objeto da presente licitação é Contratação de serviços coffee break, a fim de atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia na realização de diversas atividades institucionais, promovendo uma maior integração entre os servidores e visitantes.

2.2 Durante a execução dos serviços de coffee break, somente será permitido o fornecimento de bebidas não alcoólicas vedando-se expressamente a oferta ou disponibilização de qualquer tipo de bebida alcoólica. Tal exigência observa os princípios da moralidade, legalidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, e visa assegurar a adequação do evento ao ambiente institucional e administrativo. O descumprimento desta condição sujeitará a contratada às sanções cabíveis.

2.3 Optou-se pela realização de licitação própria, por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022

2.4 A decisão fundamenta-se na conveniência de manter controle direto sobre as especificações técnicas, prazos, condições de execução e gestão contratual, considerando as peculiaridades do serviço a ser contratado e a necessidade de atendimento específico as demandas do órgão.

3. Descrição da necessidade

2.1 A contratação de serviços de coffee break mostra-se necessária para o adequado suporte logístico a reuniões, eventos institucionais, capacitações, workshops e recepções oficiais realizados no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

2.2 Tais eventos, em especial aqueles de média e longa duração, demandam pausas programadas, durante as quais o fornecimento de alimentos e bebidas não alcoólicas contribui para:

2.2.1 a manutenção da atenção e da produtividade dos participantes;

2.2.2 o conforto físico e o bem-estar dos servidores e convidados;

2.2.3 a melhoria do ambiente institucional e da condução dos trabalhos.

2.3 A Administração não dispõe de estrutura física, equipamentos, insumos ou pessoal especializado para a execução interna dessa atividade, razão pela qual a terceirização da solução se apresenta como a alternativa mais eficiente e econômica.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	ALVANIR DA SILVA CARVALHO
Divisão de Administração Predial	Marcos Pereira Caraça
Divisão de Administração Predial	Ielayne Maria da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Descrição dos requisitos da contratação

Do enquadramento como serviço comum

5.1 Trata-se de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, com base em especificações usuais de mercado.

5.2 O serviço não possui natureza contínua, uma vez que sua execução está vinculada à realização de eventos específicos, ocorrendo de forma eventual e sob demanda, conforme programação institucional.

5.3 A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

Da natureza da atividade

5.4 No que se refere à natureza da atividade, informamos a aderência do objeto da contratação do presente processo, como despesa de custeio, ou seja, enquadra-se no disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, bem como no art. 2º da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

5.5 Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Ou seja, todas as despesas realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos serviços públicos em geral, quer através da Administração Direta, quer através da Administração Indireta.

5.6 Por fim, conforme Art. 9º, parágrafo único da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, o serviço a ser contratado classifica-se como atividade auxiliar, instrumental ou acessória que não constitui área de competência legal do órgão no cumprimento de sua missão institucional.

5.7 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão disciplinadas no Termo de Referência.

5.08 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme parcela de maior relevância:

5.08.1 Comprovação de que a empresa já forneceu um **quantitativo** de *coffee-breaks* ou serviços de alimentação e *buffet* (até 50% do volume total a ser contratado, conforme a Lei de Licitações).

5.08.2 **Capacidade de entrega no prazo** (ou seja, em tempo hábil) e a logística para atender eventos de portes variados.

Sustentabilidade:

5.10 A fim de mitigar os danos ao meio ambiente a empresa contratada deverá assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços com estrita observância à qualidade do material utilizado;

5.11 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88.

5.12 Utilizar na execução dos serviços, materiais e equipamentos elétricos que apresentem os melhores níveis de eficiência energética, preferencialmente aqueles com o selo PROCEL e certificados pelo Inmetro, de acordo com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. Destinação adequada dos resíduos gerados nas execução dos serviços;

5.13 Além disso, a contratada deve realizar a gestão dos resíduos sólidos e o descarte de utensílios de forma sustentável, garantindo a destinação ambientalmente adequada dos materiais gerados.

5.13.1 Essa prática é fundamental para assegurar a conformidade com o Plano de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia, bem como para promover a redução de impactos ambientais, o uso eficiente de recursos e a responsabilidade socioambiental.

5.13.2 contratada deve observar ainda :

5.13.2.1 o mapa estratégico do MME, representado na figura 4, que apresenta 3 eixos de atuação que deverão ser observados neste ciclo do Planejamento pelas áreas finalísticas do MME e demais atores envolvidos na elaboração, implantação, e execução das políticas públicas para o setor elétrico e mineral no Brasil.

5.13.2.3 Entre os 3 eixos de atuação, o que tem mais impacto e aderência para o PLS é o “Desenvolvimento econômico e sustentabilidade, socioambiental e climática disposta no item 2.15 página 13 do citado documento

5.13.2.4 Em linhas gerais em conformidade com o PLS do MME (item 10.4.1.2 página 45), os critérios de sustentabilidade constantes nos contratos devem abordar os seguintes temas:

- a) Atendimento às legislações específicas no que tange à sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental no que a lei determina ou permite (RDC, CONAMA, ABNT, INMETRO e demais legislações referentes ao tema);
- b) Atendimento às disposições do Guia de Contratações Sustentáveis, aos documentos que regem o Desenvolvimento Sustentável no Brasil e acordado pelo Brasil com outros entes nacionais e internacionais;
- c) Solicitação de comprovação de uso da madeira de origem legal e certificada, na aquisição de bens que utilizem esse material.
- d) Estímulo a logística reversa;
- e) Atendimento à legislação trabalhista no tocante à sustentabilidade social.

Garantia da Contratação

5.14 Considerando o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, até o limite de 5% do valor inicial do contrato, não sendo, contudo, medida obrigatória, devendo sua exigência ser devidamente justificada em função da relevância e do risco associado à execução contratual.

5.15 No presente caso, não se vislumbra a necessidade de exigência de garantia contratual, tendo em vista as seguintes razões:

5.15.1 Baixo risco de inadimplemento:

O objeto contratual refere-se à **prestação de serviços eventuais e de curta duração**, consistentes no fornecimento de coffee break durante eventos institucionais. Trata-se de serviço de natureza simples, de entrega imediata e sem riscos significativos à continuidade das atividades administrativas do órgão.

5.15.2 Execução imediata e de baixo valor unitário:

As contratações serão realizadas de forma **pontual e conforme demanda**, não havendo execução prolongada ou dependência técnica que justifique a imobilização de recursos financeiros por parte da contratada.

5.15.3 Facilidade de substituição do fornecedor:

Em eventual hipótese de inadimplemento, a Administração poderá prontamente recorrer à contratação de outro fornecedor para o atendimento da demanda, sem prejuízo relevante à prestação dos serviços e sem ônus adicional expressivo.

5.15.4 Proporcionalidade e economicidade:

A exigência de garantia representaria encargo financeiro desnecessário à contratada, o que poderia elevar os preços ofertados, contrariando os princípios da economicidade e da competitividade previstos nos arts. 11, inciso IV, e 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

5.16 Diante do exposto, considera-se tecnicamente e juridicamente adequada a **não exigência de garantia contratual**, por se tratar de contratação de baixo risco operacional e financeiro, cujas características não justificam a adoção dessa medida de resguardo.

5.17 Assim, a ausência de exigência de garantia está em consonância com o princípio da razoabilidade, com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações constantes dos manuais de boas práticas de gestão de riscos editados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Advocacia-Geral da União (AGU).

5.18 Os requisitos mínimos da contratação envolvem ainda :

5.18.1 capacidade operacional para fornecimento de serviços de coffee break conforme demanda;

5.18.2 atendimento às normas sanitárias vigentes (ANVISA);

5.18.3 fornecimento exclusivo de bebidas não alcoólicas;

5.18.4 cumprimento dos prazos e condições estabelecidos em ordem de serviço.

5.18 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica serão detalhadas no Termo de Referência, observando-se a proporcionalidade e a competitividade.

6. Levantamento de Mercado

6.1 O levantamento de mercado foi realizado conforme o art. 9º da **Instrução Normativa SEGES nº 58/2021**, considerando:

6.1.1 contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública;

- 6.1.2

ampla oferta de fornecedores especializados no mercado local e regional;
- 6.1.3

inexistência de restrições técnicas ou comerciais relevantes à competição.
- 6.2

Concluiu-se que o mercado apresenta plena capacidade para atendimento da demanda, não sendo necessária a realização de audiência pública.

7. Descrição da solução como um todo

- 7.1

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coffee break, sob demanda, mediante ordens de serviço, para atendimento a eventos realizados:
- 7.1.2

nas dependências do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF; ou
- 7.1.3

em outros locais na mesma cidade, previamente informados.
- 7.2

Os quantitativos são estimados, não gerando obrigação de consumo integral por parte da Administração.
- 7.3

O detalhamento técnico do cardápio, logística, pessoal, prazos e demais condições operacionais será tratado de forma exaustiva no **Termo de Referência**, preservando-se no ETP a abordagem conceitual da solução.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 8.1

As quantidades foram estimadas com base:no histórico de eventos realizados pelo órgão;na previsão de atividades institucionais futuras;nos princípios da razoabilidade e da economicidade.
- 8.2

As estimativas constam em planilha abaixo e servem exclusivamente como parâmetro para a contratação, podendo variar conforme a efetiva necessidade.

Tipo do <i>Coffee Break</i>	Discriminação dos alimentos	Unid	Quantidade Estimada	
			Mensal	Anual
I	<ul style="list-style-type: none">- Pães de queijo;- 2 (dois) tipos de mini sanduíche;- 3 (três) tipos de salgado assado;- 2 (dois) tipos de bolos;-1 (uma) tábua de frios;-1 (uma) cesta de pães especiais;- 3 (três) tipos de frutas;- 2 (dois) tipos de bebidas quente;- 2 (dois) tipos de bebidas fria;- Mini manteiga em blister;- Mini geleia em blister;- Açúcar e adoçante em sachê.	Evento	11	130
			Quantidade estimada	

Tipo do <i>Coffee Break</i>	Discriminação dos alimentos	Unidade	Mensal	Anual
II	Pães de queijo congelado, em embalagens de 1 kg, com 18g a 20g cada unidade (coquetel), acondicionado dentro do critérios da ANVISA, com data de fabricação e vencimento máximo de 180 dias. Fornecimento por demanda.	Pacote	25	300

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 326.106,00

9.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 326.106,00**.

9.2 A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a **Instrução Normativa SEGES nº 65/2021**, utilizando-se:

9.2.1 preços obtidos junto a fornecedores do mercado;

9.2.2 contratações públicas similares;

9.2.3 metodologia da média aritmética, após exclusão de valores inexequíveis ou discrepantes.

9.3 A memória de cálculo encontra-se devidamente documentada nos autos.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Contextualização do Objeto

10.1 Embora o parcelamento seja regra geral, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, no presente caso ele se mostra tecnicamente e economicamente desvantajoso, pelas seguintes razões:

10.1.1 o objeto configura uma solução integrada, cuja fragmentação comprometeria a logística e a padronização do serviço;

10.1.2 a contratação unificada reduz custos operacionais, administrativos e de coordenação;

10.1.2 o parcelamento poderia desestimular a participação de fornecedores, reduzindo a competitividade.

10.2 Ademais o não parcelamento da solução é justificado por razões de eficiência, economicidade, segurança e responsabilidade técnica, conforme detalhado abaixo:

a) Economicidade e economias de escala: A contratação de uma única empresa para a execução de todas as etapas do serviço permite a obtenção de significativas economias de escala. Um único contrato otimiza custos com logística, equipamentos e mão de obra, resultando em

uma proposta de valor total mais competitiva. O parcelamento, por outro lado, levaria à sobreposição de custos administrativos e de lucro de múltiplas empresas, encarecendo o serviço para a Administração.

b) Eficiência operacional e complexidade de gestão: O gerenciamento de um único contrato é, comprovadamente, mais eficiente do que o de múltiplos contratos. A gestão de um fluxo de serviço fragmentado em diferentes fornecedores aumentaria a complexidade administrativa, a carga de trabalho da fiscalização do contrato e o risco de falhas de comunicação e de sincronia entre as etapas. A contratação integral simplifica a gestão e garante a fluidez do serviço.

3. Conclusão

10.3 Em virtude das razões apresentadas, conclui-se que o parcelamento da solução não é técnica, econômica nem administrativamente vantajoso. A contratação de uma única empresa para a prestação de serviços de forma integral e contínua é a abordagem que melhor atende aos princípios da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), garantindo a eficiência, a economicidade, a segurança e a responsabilidade necessária para prestação de serviços de coffee break

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a este objeto.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12 A presente contratação está alinhada no PCA 2026, DFD nº 25/2025

- I) ID PCA no PNCP: 37115383000153-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/11/2025
- III) Id do item no PCA: 26
- IV) Classe/Grupo: 632 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COMIDA
- V) Identificador da Futura Contratação: 320004-45/2026

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Tornar as reuniões mais produtivas e menos cansativas, além de que, nesses intervalos o caráter da formalidade pode ser atenuado, com o convívio e a trocas de ideias. Tais como:

- O fornecimento de alimentos e bebidas (como cafeína e carboidratos) repõe a energia física e mental dos participantes, combatendo o cansaço que se instala após longos períodos de concentração.
- Melhora do Foco: Uma pausa estratégica ("pausa para oxigenar o cérebro") comprovadamente aumenta a capacidade de concentração na próxima etapa da reunião ou treinamento.
- Retenção de Conteúdo: Pequenos intervalos permitem que os participantes assimilem e processem melhor as informações que acabaram de ser transmitidas.
- Quebra de Formalidade: O ambiente descontraído do *coffee-break* facilita a comunicação em um nível menos formal do que a sala de reunião.
- Troca de Conhecimento: É um momento propício para o networking interno e externo. Ideias e soluções para problemas podem surgir espontaneamente em conversas informais entre servidores de diferentes setores ou participantes de diferentes instituições.
- Fortalecimento de Vínculos: Ajuda a construir e fortalecer o relacionamento entre os colaboradores, o que é fundamental para o trabalho em equipe e a eficiência organizacional a longo prazo.
- Atendimento a Necessidades Básicas: Garante que os participantes (servidores, gestores e público externo) tenham suas necessidades fisiológicas atendidas, o que é essencial para o conforto e a manutenção do foco.
- Imagem Institucional: Demonstra o cuidado e o acolhimento do órgão público para com seus servidores e convidados, valorizando o tempo e a participação de todos.

- **Profissionalismo em Eventos:** Confere profissionalismo e qualidade na realização de eventos institucionais, como palestras, workshops ou recepção de autoridades.
- **Foco na Atividade-Fim:** A contratação de um serviço especializado libera os servidores de se preocuparem com a compra, preparo, logística, montagem, serviço e limpeza do lanche, permitindo que o órgão se concentre em suas atividades finalísticas.
- **Qualidade Assegurada:** Garante a qualidade dos alimentos e o cumprimento das normas sanitárias, uma vez que a empresa contratada deve ter as devidas licenças e expertise no ramo.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 A contratação não exige providências específicas a serem adotadas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A contratação observará práticas de sustentabilidade, incluindo:

- 15.1.1 correta destinação de resíduos;
- 15.1.2 utilização racional de materiais;
- 15.1.3 incentivo a fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos técnicos, econômicos e operacionais levantados no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), declara-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de *coffee-break* é **VIÁVEL** e **ADEQUADA**, pelos seguintes fundamentos:

Viabilidade Técnica e Operacional (Não-Viabilidade da Solução Interna)

A contratação por meio de terceiros se justifica pela ausência de capacidade técnica e de recursos humanos e materiais no quadro funcional do órgão para a execução do serviço.

1. **Ausência de Expertise:** O órgão não possui servidores ou setores especializados em manipulação de alimentos, gastronomia, logística de *buffet* e atendimento qualificado, sendo esta uma atividade-meio que exige conhecimento específico.
2. **Infraestrutura Inadequada:** A estrutura física interna (cozinhas, equipamentos, estoque e utensílios) não é dimensionada para atender à demanda por *coffee-breaks* de forma segura, higiênica e profissional, em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária (RDC nº 216 /2004).
3. **Foco na Atividade-Fim:** A contratação permite que os servidores se dediquem exclusivamente às atividades essenciais do órgão, evitando o desvio de função e a sobrecarga de trabalho que a logística de preparo e serviço de alimentação demandaria.

Viabilidade Econômica e de Eficiência

A terceirização do serviço é comprovadamente mais econômica e eficiente do que a autogestão (fazer internamente), conforme demonstrado na comparação de soluções:

1. **Economicidade:** A contratação via processo licitatório (Pregão Eletrônico/SRP) promove a competitividade, resultando em um preço final mais vantajoso para a Administração do que a aquisição fragmentada de insumos e a mobilização de equipe própria. O preço de referência estimado neste ETP demonstra a razoabilidade do valor.
2. **Redução de Custos Indiretos:** A solução evita custos ocultos e indiretos, como depreciação de equipamentos, manutenção de infraestrutura de cozinha, gestão de estoque de alimentos perecíveis e contratação de mão de obra temporária.
3. **Previsibilidade Orçamentária:** A contratação sob demanda (Sistema de Registro de Preços - SRP) permite o consumo apenas do estritamente necessário, ajustando o gasto à realização efetiva de eventos, promovendo a gestão eficiente dos recursos públicos e a economicidade.

Resultados Pretendidos

O investimento na contratação é necessário e vantajoso, pois visa alcançar os seguintes resultados, conforme o Planejamento Estratégico do órgão:

1. Garantir o **conforto e o bem-estar** dos participantes (servidores, gestores e público externo) em eventos institucionais de capacitação, reuniões estratégicas e solenidades.
2. Melhorar a **concentração, a produtividade e a retenção de conteúdo** após as pausas (Justificativa de Necessidade).
3. Projetar uma **imagem institucional de qualidade e profissionalismo** na recepção de colaboradores e parceiros.

Conclusão: A contratação da solução proposta atende ao interesse público e representa a escolha que melhor concilia os princípios da economicidade, eficiência e qualidade exigidos pela Administração.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: .

MARCOS PEREIRA CARACA

Assistente Técnico

SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 10:17:06.

IELAYNE MARIA DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/02/2026 às 13:06:27.

